



Análise de Conjuntura - Conselho Permanente CNBB – Junho de 2009
Não é documento oficial da CNBB

1. Internacional: buscas pela Paz

Em março de 2009, o Papa Bento XVI fez uma viagem a Israel e Palestina. Considerando que poderia contribuir para a construção da Paz, o Papa não quis adiar a sua viagem a esta região do mundo, onde religião e política são estreitamente articuladas.

Em oito dias, na Jordânia, nos territórios ocupados da Palestina, em Belém e Jerusalém, em Israel, o Papa pronunciou quase 30 discursos com coragem em favor da Justiça e da Paz. Os seus gestos e palavras de reconciliação não foram bem recebidos por todos os seus interlocutores. A resistência foi maior em Israel.

Na Cisjordânia, o Papa disse desejar que o muro “caia logo”. Condenou essa construção que invade os territórios palestinos, separando vizinhos e famílias. Criticou o embargo israelense à Faixa de Gaza e exortou os jovens palestinos a não usar a violência e o terrorismo. O Papa mencionou quase todos os temas que os palestinos queriam ouvir: Gaza; o muro; os refugiados; os lugares sagrados; os presos políticos. Deu passos importantes no diálogo entre o Islã e o Cristianismo. A sua visita ao “Domo da Rocha”, principal mesquita de Jerusalém construída no lugar do templo, foi um sinal de confiança.

Quando chegou a Israel, Bento XVI defendeu a criação de dois Estados; “duas pátrias com fronteiras internacionalmente reconhecidas”. Falou claramente contra toda forma de “negacionismo”, afirmando que o sofrimento do povo judeu durante a 2ª guerra não podia ser “minimizado, negado ou esquecido”. No entanto, em Jerusalém, do lado israelense, o Papa encontrou incompreensão. Numa lamentável falta de respeito, o presidente do Parlamento acusou o Papa de ter sido membro da juventude hitlerista, sem considerar o que este já tinha mencionado numa entrevista: “o alistamento de adolescentes era compulsório ao final da Segunda Guerra”, e que esse alistamento forçado não significava uma adesão à ideologia subjacente.

A viagem foi apenas 4 meses depois da ofensiva israelense na Faixa de Gaza, e algumas semanas depois da formação de um governo de linha-dura. Bento XVI invocou a segurança de Israel e atacou o terrorismo. Definiu a cidade de Jerusalém como a “cidade da Paz e o lar espiritual dos judeus, cristãos e muçulmanos”. No momento de deixar Israel, o Papa voltou a apelar pela criação de um Estado Palestino.

Israel: a Paz mais ameaçada.

O novo governo formado no fim de março pelo Premiê Benjamin Netanyahu é radical de direita. O Presidente do Likud está pouco disposto a negociar com os palestinos. Diz-se favorável ao “crescimento natural” das colônias na Cisjordânia. A perspectiva é de aumentar

em 10% o número de colonos. Netanyahu defende zonas econômicas palestinas sem ligação umas com as outras. Há um acordo secreto com Avigdor Lieberman, ministro dos Assuntos Exteriores, dirigente do Israel Beitenou (“Israel nossa casa”), de construir 3.000 habitações no nordeste de Jerusalém, que cortaria a Cisjordânia em duas.

Os palestinos estão totalmente sob controle do exército judeu. A situação deles é humilhante. Desde “Camp David” (julho de 2000) não houve avanços. Muito pelo contrário. O novo governo israelense não aceita a criação de um Estado Palestino. Para o Presidente dos EUA, Barack Obama, o *status quo* é insustentável. Se quiser uma solução, o Presidente não poderá evitar um confronto com o governo ultranacionalista.

Na sua viagem na Europa, Avigdor Lieberman expôs o seu plano para “fazer a paz com os palestinos”. São três pontos: 1) Não é o tempo de estabelecer um Estado Palestino; a prioridade é de consolidar o poder do Fatah. 2) A verdadeira tensão regional não seria o conflito israelo-palestino. Nem a ocupação de Gaza nem a colonização da Cisjordânia são problemas; o verdadeiro obstáculo à paz é o Irã. Seria necessário enfraquecer a República Islâmica, isolá-la, impedir que se torne uma potência nuclear, e impedir que difunda seu radicalismo para poder fazer a paz com os palestinos. 3) Neste combate, “Israel encontrará muitos Estados árabes que se sentem ameaçados pelo Irã”.

Se Israel pretende mostrar a sua sinceridade, que cesse a colonização e desmantele as áreas invadidas. As declarações do ministro Lieberman mal escondem a intenção de usar a opção militar contra o Irã, de impedir para sempre a possibilidade de um Estado Palestino e de ocupar aos poucos toda a Palestina.

Cem dias de abertura prudente: a nova Presidência dos EUA

Foram cem dias de corrida. Diante da crise, a Administração Barack Obama reagiu com velocidade. Marcou uma ruptura total com o desinvestimento do Estado praticado pelos predecessores. Alguns analistas, no entanto, consideram que, dando a prioridade à estabilização da moeda, a política econômica se situa na continuidade. Seria, neste entendimento, algo semelhante a Lula com respeito a FHC. Criou três planos de longo prazo: a qualidade da educação, a saúde para todos e o aumento das energias renováveis. Medidas amplas de refundação econômica e social foram tomadas. A popularidade de Barack Obama cresceu: 73% dos americanos apóiam o novo Presidente.

Mas foram também cem dias muito prudentes. O Presidente decidiu que não quer uma investigação sobre a tortura e os excessos da “luta contra o terrorismo” do tempo de Bush.

Vários desafios internacionais foram positivamente reconsiderados: a retirada das tropas do Iraque; o restabelecimento do diálogo com países antes boicotados (Síria, Cuba, Venezuela etc.). Mas Obama se mostrou muito prudente nos grandes desafios diplomáticos: Irã, Oriente Próximo e Médio, Afeganistão, China e desarmamento.

Barack Obama restabelece as relações com a América do Sul.

Calmo, descontraído, direto, com palavras positivas e construtivas, na Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, no mês de abril, Obama conquistou a simpatia dos 34 chefes de Estado presentes. Cada um rivalizava de cordialidade para com ele. Obama declarou ter tido conversas cordiais com os presidentes mais críticos dos EUA. Convidou os dirigentes

latinos a trabalhar com os EUA sobre os grandes desafios mundiais pendentes (a crise mundial, a energia e o meio-ambiente), superando o contexto atual de “extrema dependência”.

Cuba foi o grande ausente da Cúpula. Muitos dirigentes na região consideram que, com o fim da “Guerra Fria” o bloqueio econômico norte-americano contra Cuba não tem mais razão de ser. Obama declarou que quer um novo começo nas relações com a ilha, mas até agora manifestou a intenção de aliviar o bloqueio, mas não de suprimi-lo. Fez gestos de pequena abertura (facilitar as viagens e a transferência de dinheiro), mas espera em contrapartida iniciativas refletindo a vontade de “transição para a democracia”. Os presidentes mais à esquerda não aceitaram o projeto de Declaração Final que não indicava perspectivas de renovação nas relações diplomáticas. Esta foi apenas “adotada” e não assinada. Barack Obama se beneficia de um capital de simpatia na região, mas deve cuidar para não perdê-lo.

Índia, lição de maturidade.

Na maior democracia do mundo (714 milhões de eleitores), a vitória do Partido do Congresso representa uma boa notícia. Num país de extrema diversidade, a maioria da população votou para um partido laico e centrista. Os indianos reconduziram ao poder o partido fundador da Índia independente. O partido de oposição, nacionalista e hinduísta Bharatiya Janata Party (BJP) perdeu o apoio da classe média pelo apoio tácito que dava a atos religiosos fundamentalistas, que ameaçavam a convivência tranqüila entre as comunidades hindu (85%), muçulmana (13,5%) e cristã (2,3%). O Partido do Congresso havia chegado a um equilíbrio entre a liberalização da economia e a criação de programas sociais a favor dos mais desfavorecidos.

Nestas eleições, o povo pôs um fim ao período de erosão dos partidos nacionais; “renacionalizou” a política. É um feliz passo para encarar os imensos desafios que o país tem diante de si. A Índia continua sendo devorada pela pobreza, pelo racismo de casta, pela corrupção, pela criminalidade. Em muitos campos, em particular no social, está atrasada em comparação com a sua vizinha, a China.

Rahul Gandhi, (38), filho de Sonia Gandhi, presidente do partido, se destacou como novo líder e possível futuro premiê. Vitorioso, o Partido do Congresso deve levar adiante reformas liberalizantes.

África do Sul

Ainda Presidente da ANC (Congresso Nacional Africano), o Presidente eleito “Zuma” esteve no centro do que foi chamado “os casos Zuma”. Não é só porque o Presidente seja machista reputado e polígamo declarado (com 5 esposas e 18 filhos/as), mas é sobretudo porque foi acusado de corrupção (e as investigações foram suspensas) e de estupro de uma jovem de 17 anos (e foi absolvido três anos atrás).

Entre os desafios para o novo Presidente está o aumento da pobreza e miséria no país, que provoca um aumento da violência. A África do Sul é um pouco o termômetro da situação geral da África. Ora, a situação social, econômica e política na África do Sul vai se deteriorando, a crise mundial atinge brutalmente o país e a epidemia da Aids afeta 18% da população adulta.

FMI e G20

G-20 é o “grupo dos 20”, selecionado pelos países membros do Fundo Monetário Internacional, entre eles próprios. Tanto dentro do FMI como no G-20 (que reúne chefes de governo) aumentou um pouco a participação dos chamados “países emergentes”. Normas sobre a distribuição do poder de decisão e de recursos, no FMI, se modificaram para garantir uma maior participação de seus membros. O representante brasileiro (e de países hispano-americanos) na direção do FMI, Paulo Nogueira Batista Jr., tem se empenhado nesta direção, com relativo sucesso.

Similarmente, o presidente Lula foi pedra decisiva no xadrez da última reunião do G20, articulando os representantes dos países do Terceiro Mundo.

2. América Latina: Continente da Esperança?

“A história nos ensina que os defensores do privilégio não cederão de bom grado ao empurrão que vem de baixo”. (Elisée Reclus)

Os povos indígenas ganharam espaços na vida política e cultural de alguns países do nosso Continente

Neste novo milênio, os povos indígenas ganharam espaços na vida política e cultural de alguns países do nosso Continente. No “olhar sobre a realidade” o Documento de Aparecida assinala que as culturas indígenas, que se caracterizam por seu apego à terra e pela vida comunitária, postulam uma relação diferente com a natureza e entre os seres humanos. Essas culturas denunciam a globalização econômica e financeira que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da existência humana, convertendo o lucro em valor supremo. Povos indígenas tomaram a decisão de construir o seu próprio destino, promovendo uma globalização diferente, marcada pela Solidariedade, Justiça e respeito aos direitos humanos e aos da natureza. Nesta linha, sintomática é a declaração sobre a água, que consta da nova Constituição boliviana.

Assim, os movimentos indígenas ganharam força de maneira diversa: chegaram ao governo na Bolívia, são atores primordiais nas transformações políticas e sociais no Equador, e ganham peso no Peru e na Colômbia. Além disso, nota-se também a presença de movimentos indígenas em outros países. Não se trata mais de apenas fazer valer reivindicações, mas de consolidar um processo de mudança que assegure uma transformação do conjunto da sociedade. Isso implica mudanças constitucionais.

Pois não há como fazer valer na vida cotidiana os direitos dos povos indígenas sem romper com as estruturas econômicas e pôr em questão o modelo neoliberal. Não tem como levar a cabo a reforma agrária no Paraguai, sem modificar a Constituição. Radicalizar a democracia via eleição de uma Assembléia Constituinte e reforma da Constituição, aprovada por referendun popular é o caminho para transformações profundas e reais da sociedade, na qual as maiorias indígenas sofreram uma dominação secular e foram sempre oprimidas politicamente e culturalmente. Assim, hoje, estão se abrindo espaços para a representação indígena.

As elites tradicionais resistem a sua perda de poder, colocando em questão a governabilidade dos países por políticas diversas de desestabilização: resistência dos latifundiários para impedir o avanço da reforma agrária, tentativas de golpe de estado, ameaças de divisão do país, sabotagem das Assembléias Constituintes, greves patronais... As elites opositoras acusam os novos presidentes de cair na demagogia, num nacionalismo superado, no populismo... Na verdade, as oligarquias tradicionais e modernas não conseguiram ouvir e escutar o desejo profundo de mudança, sobretudo, por parte dos mais excluídos, dos povos indígenas. A incapacidade da classe política tradicional de canalizar a revolta dos desfavorecidos abriu o caminho a novos dirigentes, de origem sindical, militante e até militar.

O papel central das lideranças carismáticas tem sido importante, sem negar o papel de milhões de cidadãos que vêm participando dos processos de mudança. A relação entre o líder e o povo provoca perplexidade, mal-estar, pânico, raiva tanto na cabeça de alguns anticapitalistas e altermundialistas, como também na de políticos conservadores e céticos diante de reformas sociais e políticas. Essas mudanças e rupturas questionam a democracia liberal com sendo o único modelo possível e aceitável.

A radicalização da democracia está se operando nos países onde vivem maiorias significativas de populações indígenas. Os outros países do Cone Sul, que não têm grande número de povos indígenas, promovem políticas sociais, como no Brasil, mas sem colocar em questão as estruturas econômicas, e daí contribuindo para um aprofundamento do modelo neoliberal.

Resultado das eleições em El Salvador

O último país latino-americano a eleger um presidente com perfil progressista foi El Salvador, na América Central. Este país, com cerca de 7 milhões de habitantes e do tamanho do nosso estado de Sergipe, possui também mais de 3 milhões de compatriotas vivendo no exterior, principalmente nas cidades de Los Angeles e Washington, nos EUA. El Salvador passou por duas décadas de guerra civil, na qual morreram mais de 75 mil pessoas, incluindo Dom Oscar Arnulfo Romero, assassinado quando rezava a Santa Missa. Depois dos Acordos de Paz de 1992, foram eleitos governos neoliberais que devastaram o país e sua frágil economia. No dia 1º de junho tomou posse, como presidente eleito de El Salvador, Mauricio Funes, da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), antiga organização guerrilheira, desde os anos 90 atuando como um partido legal. Antes de se dirigir ao ato de posse, Mauricio Funes foi ao túmulo de Dom Oscar Romero e prometeu, como Presidente, seguir os ensinamentos do Bispo Mártir latino-americano.

México e parte da América Central até agora aceitaram uma integração sob a liderança dos EUA. Alguns desses países chegaram até a “dolarizar” suas economias. Para os países que promovem mudanças radicais, construir seu próprio destino significa soberania interna e externa. Os surtos de nacionalismo expressam, na verdade, a busca de uma nova integração latino-americana, que seja mais simétrica com parceiros mais iguais, alcançando mais autonomia frente aos Estados Unidos. Se o Presidente norte-americano Barack Obama mantiver a prometida política de abertura democrática, de defesa dos Direitos Humanos e de respeito às soberanias nacionais, outras relações de parceria, mais esperançosas poderão se instaurar no nosso Continente.

Confronto com mortes no Peru

Representantes de diversas pastorais e movimentos sociais entregaram ao Embaixador do Peru no Brasil, Hugo de Zela, uma carta de protesto contra o assassinato de pelo menos 30 indígenas em Bágua, amazônia peruana, nos dias 5 e 6 de junho. As mortes ocorreram durante confronto com a polícia do país, que reprimia um protesto contra o Tratado do Livre Comércio (TLC). Incluindo os policiais e outros civis mortos, o número de vítimas do conflito ultrapassa 50 (considerando o número de policiais mortos, confirmados pelo governo e o de indígenas, pelas organizações indígenas).

Há mais de dois meses os indígenas já vinham questionando a implementação do Tratado do Livre Comércio (TLC), firmado entre Peru e os Estados Unidos, pois o TLC permite que os recursos naturais das terras indígenas sejam explorados. Os indígenas contestam a decisão do governo do presidente Alan Garcia, tomada sem consultá-los previamente, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As entidades signatárias da carta participaram do Simpósio Internacional “Mudanças Climáticas e Justiça Social” (ver “Simpósio” abaixo). Elas se comprometeram a lutar para que os responsáveis pelos assassinatos sejam julgados e punidos. Nesse sentido, solicitarão que a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) tome as providências cabíveis.

O Embaixador afirmou que o governo peruano assume a responsabilidade pelas mortes, mas afirmou que se tratou de um confronto, com muitas mortes dos dois lados. Segundo Zela, um representante do Peru foi enviado no dia 9 de junho, à OEA para entregar a versão oficial do governo do país à Organização. Na dia 10 de junho, o Parlamento peruano decidiu suspender por 90 dias os efeitos das leis questionadas pelos indígenas. Em meio aos conflitos, o principal líder indígena Alberto Pizango, foi para o exílio na Nicarágua, temendo por sua integridade física.

3. Brasil: questões econômicas, sociais, políticas, ambientais, quilombolas e indígenas

Juros e poupança

Uma das preocupações centrais da política econômica nacional, neste momento, é baixar as taxas de juros.

Na avaliação da equipe econômica estes juros reais - dos mais altos do mundo - visavam dois objetivos: conter as tendências inflacionárias coibindo consumo e investimento e atrair capital externo.

Com a crise mundial, mudou a apreciação dos gestores sobre os dois mecanismos. Conter consumo e investimento, com inflação domada, numa recessão mundial, mais contribuía para dificultar o crescimento. O Brasil sofreu os efeitos da crise em dose menor que mercados alternativos para o capital externo; este entra em quantidades e derruba a cotação interna do dólar, novo problema para o crescimento, ao encarecer nossas exportações.

Assim que a decisão é lenta, gradual e segura para baixar os juros.

Este objetivo instrumental encontra dificuldades geradas pela política econômica passada. Preços estratégicos (como aluguéis) na prática estão indexados. Nossa experiência inflacionária ensina que a indexação permite conviver com a inflação, mas tende a enrijecer “para cima” a estrutura de preços e - por uma série de mecanismos - o “preço do dinheiro”, o juro.

Junto com estes resquícios de inflação passada, vem outro, cultural, de mentalidade. Os agentes econômicos ainda raciocinam espontaneamente como durante as décadas de inflação alta e exigem remuneração alta e rápida – ou não agem. Nossos aplicadores não aprenderam a conviver com juros baixos – e com risco.

Por que tributar a poupança?

Pode-se temer que, reduzidos os juros de outras aplicações, estas tributadas, os aplicadores migrem para as cadernetas. A idéia é tributar a poupança acima de certo nível de saldo médio da caderneta. As cadernetas abaixo de R\$ 1.000,00 de saldo são 76,3% do total de cadernetas e detêm 3% dos saldos. Acima de R\$ 50.000 estão 1%, com 40,8% dos saldos. Assim, tributar a caderneta, liberando do imposto as cadernetas mais modestas, coibiria a migração dos grandes aplicadores para a caderneta, sem maiores impactos sociais negativos.

Ainda não está decidido taxarem-se as cadernetas; por risco de reações psicológicas e políticas e por problemas econômicos e administrativos. Para o banco que capta o dinheiro, o custo de administrar a poupança continua o mesmo, o que dificultaria a redução das taxas cobradas na ponta dos empréstimos imobiliários. Hoje, 65% das captações da caderneta vão para financiamento habitacional.

Emprego e Pobreza

É de se prever no segundo semestre de 2009 desemprego em níveis de 2007. Se assim for, iremos retroceder dois anos. Há países que retrocederam bem mais. Em abril houve uma pálida melhora: abriram-se 106 mil vagas; desde setembro de 2008, se haviam fechado 647 mil. A melhora de abril cobre 16,4% da brecha.

Paralelamente, a rotatividade no emprego sobe e reduz os salários. De outubro de 2008 a abril de 2009, 23,4% dos brasileiros com carteira assinada trocaram de trabalho; quase todos substituídos por alguém (realocado na empresa, contratado) com salário mais baixo.

No entanto, caiu o número dos “estatisticamente pobres” no país. Estudo do IPEA mostra que 316 mil brasileiros superaram a linha da pobreza, de outubro de 2008 a abril de 2009. Ao contrário de crises passadas de 1980 para cá, a política econômica desta vez foi para ampliar os gastos públicos, na contracorrente da maré do mercado.

Reforma Tributária ameaça Direitos Sociais

Mais de 30 redes nacionais que compõem o Movimento em Defesa dos Direitos Sociais ameaçados na Reforma Tributária se reuniram no último dia 03 de junho em São Paulo para fazer um balanço do Movimento e definir os próximos passos da resistência. É consenso no Movimento que a atual proposta que tramita na Câmara viola a Constituição Federal de 1988.

Foi constatado que o substitutivo do Deputado Sandro Mabel, aprovado em dezembro de 2009 na Comissão Especial da PEC 233, elimina as fontes exclusivas de financiamento das Políticas Sociais, além de acabar com a concepção do “Orçamento da Seguridade Social”. Além disso, a reforma substitui contribuições sociais por imposto federal criando competição por recursos; gerando, assim, vulnerabilidade no sistema de seguridade social e estabelecendo um limite superior (teto) para o financiamento dos Direitos Sociais.

O presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, anunciou que colocaria em votação durante o mês de junho no plenário o substitutivo aprovado, tentando construir uma agenda “positiva” para o Congresso, apesar de ter recebido em audiência os representantes do Movimento, do qual participam a Comissão Brasileira Justiça e Paz e a Comissão Episcopal para Caridade, Justiça e Paz da CNBB, pelo Programa Justiça Econômica. Setores do Governo afirmam que não há interesse do Governo Federal em aprovar a Reforma Tributária neste mandato, visto que para enfrentar os efeitos da crise houve redução de alguns impostos (o IPI, por exemplo), reduzindo a carga tributária. Mesmo assim o movimento continua mobilizado, destacando a importância das manifestações da CNBB na defesa dos Direitos Sociais.

Antecipação da disputa eleitoral presidencial de 2010

O Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi compreendido por muitos analistas como o início da disputa eleitoral presidencial de 2010. Criou-se a partir de então uma pauta artificial e pouco vinculada ao saudável debate sobre os rumos do país, os caminhos do desenvolvimento, a justiça social, a questão ambiental e os desafios postos diante da crise econômica mundial. Nesse cenário, numa ousada iniciativa, o Presidente Lula alça como provável candidata a Ministra da Casa Civil. A manobra foi eficaz ao trazer para órbita dele o debate sucessório. Isso foi possível uma vez que o Presidente galgava índices inéditos de popularidade e o país vivia um relativo crescimento econômico e avançava, mesmo que timidamente, na inclusão social.

O gesto de Lula serviu como alento à hoste governista, pois a ausência de uma candidatura natural e a falta de expectativa de poder ameaçava o consórcio montado na ampla e contraditória base de sustentação do governo. Já, a oposição estava bem posicionada com as prováveis candidaturas de Aécio e de Serra. O primeiro apresentava desenvoltura em angariar apoios até na base governista e o segundo posicionava-se bem nas pesquisas de opinião. Ambos apresentando boas condições de se credenciar como ponto de aglutinação para 2010.

As pesquisas de opinião divulgadas em maio e junho de 2009 evidenciam o crescimento acentuado de Dilma e a consolidação de Serra na liderança, embora a maioria dos eleitores ainda não escolhesse os seus candidatos, sinalizando assim o fosso entre a vida real dos milhões de brasileiros e às preocupações de dirigentes partidários e colunistas políticos.

Mantida essa polarização, o que chama a atenção é que em 2010, ao que indica, a disputa se dará num contexto de carência de horizontes novos para o Brasil. Diferente do período de 1989 a 2002 em que se discutiam projetos realmente distintos e antagônicos, mas abertos a novidades, como a presença de movimentos sociais e atores historicamente excluídos do debate político.

Conferência Nacional de Comunicação

Depois de um intenso processo de pressão da sociedade civil brasileira, principalmente do movimento de Rádios Comunitárias, o Governo Federal decidiu convocar uma Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), da mesma forma que outras têm ocorrido, apesar da resistência apresentada pela ABERT (Associação que representa os grandes Redes de Rádio e TV no Brasil). Todavia, na semana passada o Governo Federal anunciou um corte de 82% no orçamento previsto para a realização da I Conferência Nacional de Comunicação. A verba prevista era de R\$ 8,2 milhões e caiu para R\$ 1,6 milhão. Segundo jornalistas que participam do processo de mobilização da sociedade civil, esse valor é insuficiente para apoiar o processo de participação nos estados. As mais de 450 entidades que compõem as comissões estaduais e nacionais pré-conferência solicitaram a manutenção do orçamento que havia sido aprovado. A definição de cortar a maior parte dos recursos da Confecom foi tomada no Ministério das Comunicações.

A articulação da Confecom pelo país está ocorrendo, principalmente, por meio das 23 comissões estaduais, das quais seria importante que as pastorais da comunicação e outras pastorais participassem.

Simpósio Internacional sobre “Mudanças climáticas e Justiça Social” (CNBB/ Misereor)

Enchentes, secas e tempestades vão aumentando pelo Brasil afora e em outras regiões do mundo. Essas mudanças climáticas afetam muitas vezes de maneira dramática as condições de todas as formas de vida.

Paralelamente cresce a consciência ambiental de que em muitos lugares o futuro da vida está ameaçado. A acumulação de gases de efeito estufa na atmosfera provoca um acelerado aquecimento do nosso planeta.

O aquecimento da terra vem se acelerando desde o começo da revolução industrial, em meados do século 18, e particularmente nos últimos 50 anos. Esse aquecimento profundo e rápido é o resultado da exploração selvagem dos recursos da Terra.

O planeta está gravemente doente. A vida mesma está ameaçada. Os cientistas do mundo, reunidos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, lançaram um sinal de alerta vermelho à humanidade para que se tomem as decisões que possam diminuir a quantidade dos gases de efeito estufa na atmosfera.

A Cúpula dos chefes de Estado e governos em dezembro de 2009, em Copenhague (Dinamarca) será decisiva – última chance? – para garantir o futuro do planeta para as atuais e futuras gerações.

Diante da amplitude e urgência de tais desafios, a CNBB e a agência de cooperação católica alemã Misereor, promoveram nos dias 8, 9 e 10 de junho um Colóquio sobre o tema “Mudanças Climáticas e Justiça Social”. A riqueza do colóquio foi de tentar articular a questão ecológica com o tema da Justiça Social. Participaram mais de 150 representantes de entidades civis, movimentos e pastorais sociais, com a presença de 12 bispos.

A articulação dos dois temas abriu amplos e novos horizontes sobre a Justiça Ecológica. As catástrofes devido ao excesso ou à falta de chuvas afetam primeiro as populações mais pobres e vulneráveis. Devemos mudar a nossa representação

antropocêntrica, que considera o homem como dono da Terra e que dela pode dispor como bem entende.

Não existe a superioridade ecológica dos seres humanos. Somos todos frutos da mesma Criação, que nasce do amor criador gratuito de Deus, parte inseparável do conjunto do planeta. A Justiça Ambiental reconhece os direitos do planeta, das plantas e dos animais, de toda forma de vida. Os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais têm muito o que nos ensinar para reconciliar os seres humanos com a natureza, para articular o Planeta-Terra com o Planeta-Vida. Eles nos indicam o caminho do respeito e não o da exploração.

Não faltam bons subsídios da CNBB, das pastorais sociais e de muitos outros movimentos para aumentar a nossa sensibilidade e o nosso conhecimento, para fortalecer o nosso compromisso com a Vida de toda a Criação.

Igualdade racial: ameaça à regularização de terras quilombolas no STF

No início do mês de junho, entidades defensoras dos direitos dos povos quilombolas solicitaram ao Supremo Tribunal Federal a realização de audiência pública para discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, de relatoria do ministro Cezar Peluso, na qual se questiona o Decreto 4.887/03, que regulamenta o direito de propriedade dos remanescentes das comunidades de quilombos (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT). Se a ADI for acatada, há ameaça de interrupção do processo de reconhecimento de terras de remanescentes de quilombolas, o que significaria grande retrocesso na promoção da igualdade racial no país.

Encontra-se também em debate no Congresso Nacional a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que entre outros importantes avanços, consolida a política de cotas para população afro-descendente. Representantes dos movimentos sociais, bem como a SEPPIR, acreditam que a realização da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, prevista para ocorrer em final de junho, irá colaborar na sensibilização dos deputados resistentes à causa, diante dos dados alarmantes de discriminação e violência, ao lado de avaliações positivas da política de cotas nas universidades federais onde já estão em vigência.

Afrontas aos direitos indígenas: três casos graves

Povo Tupinambá acusa a Polícia Federal de tortura

No dia 26 de maio, os Tupinambá retomaram parte de sua terra tradicional no sul da Bahia. Logo após a retomada, acharam o corpo de uma pessoa morta, num rio da área, que é ocupada por uma fazenda. Os índios acreditam que se trata de um trabalhador da fazenda, cujo proprietário submete os empregados a condições análogas às de escravo.

Os índios informaram a Polícia Federal sobre o fato. Em seguida, a PF foi ao local e levou 12 Tupinambá para a Delegacia. Após assinarem um termo de que retornariam para depor, eles foram liberados, exceto Jurandir, irmão do cacique de Serra do Padeiro, Rosivaldo (Babau).

No dia 2 de junho, a PF retornou à área, dessa vez de forma violenta, destruindo e queimando os pertences dos indígenas. Assustadas, as pessoas correram para a mata, mas 4

homens e 1 mulher foram detidos. Após terem sido apreendidos, receberam jatos de gás "pimenta" nos olhos, foram jogados no chão, algemados e agredidos física e verbalmente, por fim, receberam descargas elétricas, com um aparelho manual que os agentes portavam. Dois dos Tupinambá receberam choques elétricos na região genital. Após a sessão de tortura e abuso de poder foram levados para a Delegacia da PF, sendo liberados horas depois, após assinarem novos termos se comprometendo a voltar a depor.

No dia 4 de junho os indígenas foram levados ao IML de Itabuna pela PF de Ilhéus, tendo, os 5 Tupinambá sido examinados em 15 minutos, sem qualquer precisão ou efetivo exame, não tendo sido fotografados qualquer ferida ou hematoma.

No dia 6 de junho, com apoio da presidência da Funai, eles foram trazidos para serem examinados no IML de Brasília. Nesse dia, um deles ainda estava com inchaço e dores no saco escrotal e no pênis, em função dos choques. Três deles ainda apresentavam visíveis hematomas e feridas. A Procuradora da República no DF, Dra Luciana Loureiro, que requisitou os exames médicos pelo IML do DF colheu, no dia 8 de junho, o depoimento dos Tupinambá.

Cacique Xukuru e outros 30 indígenas foram condenados injustamente a penas de até 10 anos de prisão

O povo Xukuru, que vive na serra do Ororubá, município de Pesqueira, agreste pernambucano, enfrenta um intenso processo de criminalização de suas lideranças, intensificado na última década, após o assassinato do cacique Xicão Xukuru, em 1998. Na última década, também os Xukuru consolidaram a ocupação do território, homologado em 2001

Atualmente, pelo menos 43 Xukuru estão sendo processados: dois estão presos; 31 foram condenados e os outros dez aguardam julgamento. Esse processo de criminalização foi denunciado, em março de 2009, à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O atual cacique, Marcos Xukuru, foi condenado por conflitos ocorridos no dia 7 de fevereiro de 2003. Naquele dia, o cacique sofreu uma tentativa de homicídio dentro da terra Xukuru. No episódio, os autores do atentado mataram dois jovens, Josenilson José dos Santos (Nilsinho) e José Ademilson Barbosa da Silva (Milson), que tentaram impedir o assassinato do cacique, mesmo estando desarmados. A comunidade indígena, sob forte comoção e indignada com mais esta violência, terminou por expulsar do seu território todos os que apoiavam os criminosos.

No dia seguinte ao atentado, a Polícia Federal (PF) já se esforçava em identificar a participação do cacique e de outras lideranças na destruição material realizada pela multidão e na expulsão dos envolvidos com o atentado. Assim, a PF concluiu que não houve atentado e que o cacique Marcos provocou os incidentes que o vitimaram.

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF-PE) acatou as conclusões do inquérito policial e denunciou apenas uma pessoa, José Lourival Frazão (Louro Frazão), pelo duplo homicídio. Os demais participantes da agressão não foram denunciados, por que o MPF-PE entendeu que eles agiram em defesa de Frazão, apesar da perícia ter comprovado que as vítimas estavam desarmadas.

Outro inquérito da PF apurou os incidentes que resultaram na expulsão das famílias dos criminosos e dos seus aliados. Foram indiciadas 35 lideranças Xukuru, dentre elas o cacique Marcos, acusado de ter comandado os atos que ocorreram após o atentado. Contudo, depois do atentado o cacique foi sedado num hospital e permaneceu dormindo na casa de sua mãe até a manhã do dia seguinte.

A investigação e o processo judicial sobre esse conflito foram questionados por antropólogos e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos. No caso da condenação do cacique Marcos, a sentença foi publicada antes de se juntar ao processo os depoimentos de importantes testemunhas de defesa: o deputado federal Fernando Ferro (PT-PE) e a Sub-procuradora Geral da República Raquel Dodge, que estiveram na terra um dia depois do episódio.

Povo Guarani Kaiowá continua sendo agredido no Mato Grosso do Sul

Os Guarani Kaiowá seguem pressionando a Funai e o governo federal para que sejam concluídos os estudos dos Grupos de Trabalho instituídos para identificar as terras do povo no Mato Grosso do Sul. O prazo do Ministério Público Federal para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) apresente o resultado dos estudos encerra em 2009. Os técnicos que fazem os estudos continuam sofrendo pressões e ameaças dos fazendeiros para que as áreas onde estão as fazendas não sejam estudadas.

Enquanto isso, a violência persiste entre os Guarani Kaiowá. No dia 31 de maio, um corpo com marcas aparentes de bala foi encontrado numa estrada próxima do acampamento Kurussu Ambá, onde vivem cerca de 130 indígenas. O Instituto Médico Legal de Ponta Porã ainda não divulgou o laudo sobre a causa da morte. Lideranças de Kurussu Ambá, no entanto, apontam indícios de que o caso foi um assassinato, cujos autores tentaram esconder, forjando a cena de um atropelamento.

Alguns dias antes dessa morte, no dia 27 de maio, as quase 40 famílias da comunidade Nhanderu Laranjeira, que estavam ameaçadas de despejo, receberam a notícia de que poderão ficar por mais 90 dias na área que retomaram dentro da terra tradicional do povo. Nesse período, por decisão do Tribunal Regional da 3ª Região, a Funai deve realizar estudos sobre a tradicionalidade da terra. Nessa mesma terra, um jovem de 12 anos se suicidou, quando a comunidade recebeu a notícia do despejo. Ele se desesperou, dizendo que preferiria morrer antes de voltar para a beira de estrada. Os fazendeiros continuam com o portão fechado, dificultando a circulação dos indígenas e a entrada da Funai, inclusive para entregar cestas básicas.

Contribuíram para esta análise

Pe. Antonio Abreu SJ, Pe. Bernard Lestienne SJ, Daniel Seidel, Pe. José Ernanne Pinheiro,
Gilberto Souza, Paulo Maldos e Thierry Linard SJ

Profº Msc Daniel Seidel
Universidade Católica de Brasília e CBJP/CNBB